

**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justifico a ausência do deputado Junior Mochi hoje na Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Sessão Ordinária (CI - 28/2025). **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados, público aqui presente e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *“Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Oito da Trigésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 11/2025, do Poder Executivo; e-mails Transfere Gov.Br; Ofício nº 16.289/2025, Agência Nacional de Mineração (ANM); Ofício nº 8.967/2025, da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural; Carta nº 258/2025, do Consórcio Guaicurus; Carta nº 371/2025, da Energia Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Lia Nogueira, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Marcio Fernandes, Paulo Duarte e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Mara Caseiro, Gleice Jane, Pedrossian Neto, João Henrique e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Duarte e Renato Câmara. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 45/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 130/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 22/2025, de autoria do deputado Neno Razuk. O deputado João Henrique pediu vista ao Projeto de Lei nº 86/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: o deputado Paulo Corrêa pediu vista dos requerimentos de Protocolos nºs 01357/2025, 01336/2025 e 01362/2025; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Antônio Teodoro e Edmilson Gonçalves; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçadas aos familiares de Maria Ilda Fernandes e Pedro Álvaro Fernandes; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro,*

*endereçada ao cabo PM Everaldo Brizuela Froes e ao soldado PM José Joaquim Amorim Junior, pela bravura e heroísmo demonstrados no resgate de uma família presa na correnteza formada pela enxurrada durante o forte temporal ocorrido em Campo Grande, no dia 24 de abril de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à nova Diretoria Executiva do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Dourados (Previd), eleita em 24 de abril de 2025, na pessoa de seu presidente eleito, senhor Theodoro Huber; indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Mara Caseiro, Zeca do PT, Renato Câmara, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Gleice Jane, Antonio Vaz e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, seis de maio do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 7 de maio de 2025: Ofícios nºs 605, 606, 609, 611, 613, 614, 624, 625, 639, 647 e 660/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Professor Rinaldo, Coronel David, Pedro Kemp, Jamilson Name, Lucas de Lima e Marcio Fernandes. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor Presidente, peço permissão para fazer a leitura das minhas proposições aqui da Mesa Diretora. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita do município de Campo Grande, solicitando estudos no sentido de viabilizar um plano de melhoria do piso salarial e dos demais incentivos para a carreira de farmacêutico, que integra o quadro da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. A solicitação foi encaminhada por funcionários públicos ocupantes do cargo de farmacêutico, que reivindicam a melhoria do piso salarial e dos demais benefícios da carreira, tendo em vista que o valor atual é defasado em relação ao que recebem os profissionais empregados em outras instituições. Conforme relatado, o salário dos profissionais que atendem nas unidades de saúde vinculadas à Sesau é baixo, sendo necessário o cumprimento de muitos plantões para que os farmacêuticos possam obter um vencimento melhor. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Junior, secretário municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável, solicitando a notificação dos proprietários do terreno localizado na rua Caliandra, ao lado da Escola Municipal Professora Danda Nunes, bairro Vivenda do

Bosque, em Campo Grande, para que promovam a limpeza dele. Justificativa. De acordo com as imagens anexas, o terreno encontra-se com a vegetação bastante alta e um grande acúmulo de lixo. A situação está impossibilitando a utilização da calçada, que está totalmente tomada pelo matagal. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Trago duas indicações no dia de hoje. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópias ao secretário especial de Segurança e Defesa Social, senhor Anderson Gonzaga da Silva Assis, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando melhorias de segurança na USF Doutor Judson Tadeu Ribas e adequações na estrutura, a fim de inibir a criminalidade no bairro Moreninha III, nesta capital. Justificativa. Essa proposta foi encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pela senhora Lilian Patrícia Rodrigues de Melo. A solicitação de designar um guarda municipal em regime de vinte e quatro horas para o posto de saúde decorre do aumento de ocorrências relacionadas à criminalidade na área, que vêm colocando em risco a integridade de servidores, pacientes e do próprio patrimônio público. Além da presença contínua de vigilância, solicitamos também melhorias na estrutura física da unidade, como a elevação do muro — atualmente muito baixo e de fácil acesso — e a instalação de grades de proteção nas áreas vulneráveis, a fim de dificultar invasões e atos de vandalismo. Encaminhamos também expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), Mauro Azambuja Rondon, solicitando que seja realizada a manutenção da rodovia MS-080 e a instalação de novas placas de trânsito no trecho que liga a cidade de Campo Grande à cidade de Rio Negro. A proposta visa atender à solicitação encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Alexandre Franco Rosa Gomes. A rodovia necessita de reparos no pavimento, com intervenções de tapa-buracos, além da roçada do mato alto que avança sobre o acostamento, prejudicando a visibilidade e a segurança. Também é necessário reforçar a sinalização ao longo da rodovia, com a instalação de novas placas de trânsito, visto que muitas estão danificadas ou ausentes. A situação atual representa riscos significativos para motoristas e moradores da região, especialmente em trechos de maior movimento. Diante disso, solicitamos que sejam tomadas as providências cabíveis com a maior brevidade possível, garantindo melhores condições de trafegabilidade e segurança a todos. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de fazer um registro, já que hoje começou o Conclave, em Roma, para a eleição do novo Papa. Entre os eleitores do Colégio dos Cardeais, há um que é cidadão sul-mato-grossense: Dom Ángel Fernández, espanhol, que recebeu o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense no ano passado, aqui nesta Casa. Façamos votos de que ele seja o novo Papa, porque, assim, teremos uma linha direta de comunicação com o Vaticano, por meio desse nosso cardeal querido, que esteve aqui recebendo o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esse é o desejo da Casa. O cardeal Ángel foi recebido por nós com muita atenção no Mato Grosso do Sul. Nossos votos são para que ele, na disputa lá, possa ter êxito — apesar de ser novo, não é, Paulo? Sessenta e quatro anos. Registramos e agradecemos a presença de Brasília Aparecida Neves e também de Cassiano Dutra, vereadores do município de Amambai. Pelo livro de inscrição, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, nobres pares, público que nos acompanha nesta Casa de Leis, e também pela TV Alems e Rádio Alems. Eu trago aqui hoje, presidente, a apresentação de um projeto de lei que dispõe sobre penalidades administrativas aplicáveis à prática de atos de racismo em estádios de futebol no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Esta lei trata da aplicação de penalidades administrativas específicas aos autores de atos de racismo praticados em estádios de futebol e locais assemelhados, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de coibir e combater a discriminação racial nos ambientes esportivos — prática essa inaceitável. Esse projeto de lei tem por objetivo fortalecer o combate ao racismo no esporte, especialmente no futebol. Mesmo Mato Grosso do Sul não tendo tanta tradição assim no futebol, esse é um espaço que ainda reflete as desigualdades e preconceitos estruturais da sociedade brasileira. Casos recorrentes de ofensas raciais em estádios de futebol exigem medidas rigorosas, pedagógicas e simbólicas, para garantir que esses ambientes sejam seguros e inclusivos para todos. A proposta inspira-se na legislação do Estado de Pernambuco, por meio de uma lei implementada no ano passado, que inovou ao instituir penas mais severas para práticas discriminatórias em estádios e ginásios esportivos. No entanto, busca avançar ainda mais ao prever a proibição de acesso por dez anos como penalidade para quem for condenado por racismo nesses espaços, criando uma barreira concreta ao convívio social do infrator em ambientes esportivos. No momento em que se fala tanto de inclusão, de igualdade, de justiça social, precisamos trazer esse tema também para a Assembleia, já que estamos vivenciando muitos casos de racismo no futebol brasileiro. Também apresento aqui hoje uma indicação endereçada ao Excelentíssimo Senhor Governador Eduardo Riedel e à senhora Patrícia Cozzolino, secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, solicitando a abertura de concurso público para o cargo de técnico em assistência social, com o objetivo de suprir a carência de profissionais que atuam na execução e no acompanhamento dos programas sociais em todo o nosso estado. A execução efetiva das políticas públicas de assistência social exige uma rede de profissionais qualificados e em número suficiente para atender às demandas

crescentes da população em situação de vulnerabilidade social aqui em Mato Grosso do Sul. O Estado tem ampliado, sim, suas ações sociais, mas diversos municípios enfrentam sérias dificuldades operacionais devido à escassez de técnicos em assistência social — situação essa que foi relatada ao nosso mandato. Esses profissionais são essenciais para o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, o cadastramento e a manutenção de benefícios, a promoção da inclusão social, e a atuação junto aos Cras, aos Creas e demais equipamentos da rede socioassistencial. Também apresento aqui hoje uma indicação endereçada ao Governador do Estado, Eduardo Riedel, e ao Senhor Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, solicitando a destinação de recursos para aquisição de implementos agrícolas a serem utilizados no Assentamento Amparo, localizado no distrito de Itahum, no município de Dourados. Esse assentamento foi criado em 1997 e abriga, atualmente, sessenta e sete famílias, em uma área de pouco mais de mil, cento e vinte e seis hectares. Os produtores locais enfrentam dificuldades estruturais para desenvolver plenamente suas atividades, o que compromete a produtividade e a geração de renda para essa comunidade. A solicitação, liderada pelo presidente da Associação da Juventude do Futuro do Assentamento Amparo, senhor José Carlos Coutinho, visa obter apoio do Governo do Estado para a aquisição de uma plantadeira de nove linhas e um pulverizador de dois mil litros. Esses equipamentos serão fundamentais e compartilhados pelos produtores locais por meio da associação, promovendo assim maior eficiência nas práticas agrícolas, redução de custos e também o fortalecimento da agricultura familiar. A medida vai fomentar diretamente o desenvolvimento econômico daquela região, promovendo a valorização dos assentados e contribuindo para a permanência dessas famílias no campo, com dignidade e autonomia financeira. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Bom dia, senhor Presidente. Quero cumprimentar nossos colegas deputados e trazer aqui uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), professor doutor Paulo Ricardo Martins Nunes, solicitando a realização de obras de melhorias no Campo de Futebol Piranhão, principal praça esportiva do município de Miranda. Justificativa. A presente solicitação, encaminhada pela vereadora Rosemeire Lopes de Souza, refere-se à revitalização do Campo de Futebol Piranhão, considerado o principal espaço público destinado à prática esportiva no município. O local é um tradicional ponto de encontro da comunidade, reunindo famílias e incentivando a convivência social, especialmente nos finais de semana. A proposta de revitalização inclui a instalação de um sistema de iluminação eficiente, construção de arquibancadas, reforma e adequação dos sanitários e vestiários, além da criação de áreas cobertas para os times reservas e para os mesários. As intervenções têm como objetivo oferecer melhores condições para a prática esportiva, fomentar a realização de eventos esportivos e fortalecer

o papel do esporte como ferramenta de inclusão, saúde e cidadania. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quero apenas para cumprimentar o nosso prefeito Buguelo, que se encontra aqui no Plenário, e dizer a satisfação em tê-lo aqui nesta Casa de Leis. Ele está fazendo um grande trabalho à frente do município de Glória de Dourados, e nós estamos juntos. Um grande abraço. Fique com Deus. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro os nossos cumprimentos ao prefeito. Seja bem-vindo a esta Casa. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópia ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/MS), senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, e ao prefeito de Rio Brilhante, senhor Lucas Centenaro Foroni, solicitando a realização de estudos técnicos e a elaboração de projeto de sinalização viária no município de Rio Brilhante, visando à instalação de semáforos na área central da cidade, bem como em pontos estratégicos da malha viária urbana. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando estudos e providências para a instalação de redutor de velocidade (quebra-molas) na rua Antônio Pinto de Barros, entre as ruas Brasilândia e Jacarepaguá, bem como a implantação de sinalização horizontal e vertical de proibição de fechamento de trânsito no cruzamento da rua Antônio Pinto de Barros com a rua Brasilândia, no bairro Tiradentes. Só isso, senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV ALEMS e Rádio ALEMS. Quero cumprimentar também o prefeito de Glória de Dourados, o Buguelo, que está aqui. É um prazer receber os prefeitos e a classe política, além dos companheiros de trabalho da Assembleia Legislativa. Senhor presidente, eu tenho três indicações. A primeira é sobre a caravana da castração, que será promovida pelo Governo do Estado. Estou encaminhando a indicação para que, após a devida apreciação no Plenário, seja enviado expediente deste Poder ao superintendente de Políticas Públicas para a Promoção dos Direitos dos Animais, Carlos Eduardo Leite Rodrigues da Silva, solicitando a inclusão

do município de Camapuã no cronograma da caravana, visando atender à alta demanda dos moradores do município. Eu tenho a felicidade de acompanhar esse programa de castração desde o início, quando começamos o projeto ainda com o cargo de secretário de Governo. O projeto avançou e agora está pronto para ser iniciado. Recebi esse pedido do vereador Rony Santos, de Camapuã, solicitando a inclusão do município na caravana da castração, e tenho certeza de que o Carlos Eduardo, competente superintendente da causa animal, a organizará, para que Camapuã também seja atendida. Também tenho outra indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, Guilherme Alcântara, para que sejam providenciadas obras de restauração e revitalização do pórtico de entrada do município de Coronel Sapucaia, localizado na MS-289, tendo em vista que a estrutura atual se encontra danificada e com o letreiro ilegível, comprometendo a identificação da cidade. Esse é um pedido que vem dos vereadores que nos visitaram ontem no gabinete: vereadora Rosinha e vereador Bruno, que pediram essa identificação do pórtico. Eles mostraram uma foto, e a estrutura está muito danificada, necessitando de reparos para orientar e embelezar a entrada da cidade. Portanto, encaminho esse pedido ao Guilherme Alcântara, nosso secretário de Infraestrutura, para a revitalização e restauração do pórtico de entrada do município de Coronel Sapucaia. A terceira indicação, após ouvido o colendo Plenário, é que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Antônio Carlos Videira, solicitando a disponibilização de efetivo adicional de policiais civis e militares para o município de Inocência, tendo em vista o aumento expressivo da população, provocado pela construção da nova fábrica de celulose da Arauco, que tem gerado maior demanda por segurança pública e a necessidade urgente de reforço no policiamento local. A questão da Polícia Militar sabemos que é um pedido de vários municípios — tanto para policiais militares quanto civis —, mas, especificamente em Inocência, é em razão da construção da fábrica, que vai impactar positivamente toda aquela região, sendo necessário o aumento do efetivo da Polícia Militar. A cidade é maior do que os demais municípios próximos, então o pedido vem do vereador Dalton Batista de Souza, e estamos encaminhando essa indicação ao secretário Carlinhos. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bem rapidinho, respeitando o tempo regimental, só quero falar da alegria de ontem de ter participado da reunião na Governadoria, recebendo a diretoria da Bracell, o presidente e demais diretores, o governador e todo o staff do Governo, onde foi entregue a assinatura dos incentivos fiscais para a instalação da fábrica da Bracell no município de Bataguassu, acompanhado da prefeita Vanderléia. Foi um momento de muita alegria, não só para Bataguassu, mas para Mato Grosso do Sul e, principalmente, para a região leste, que recebe mais um gigante da celulose, agora voltada para a celulose solúvel. Uma parte da empresa será nessa área, que produz a viscose. Eu tive a oportunidade de ir pessoalmente, junto com a prefeita, até Lençóis Paulista (SP), onde a Bracell já possui uma fábrica. É uma grande empresa que

trará desenvolvimento econômico para toda a região, e que também é muito responsável com a questão social. Para manter esse desenvolvimento, precisamos ter essa observação, garantindo a qualidade de vida da população. Então, vamos trabalhar. Lógico que é um orgulho para a gente receber uma grande empresa, que vai gerar emprego, renda e desenvolvimento, mas precisamos também cuidar da questão social para manter a qualidade de vida da população de Bataguassu. Foi um momento de muita alegria. Também, senhor presidente, gostaria de agradecer a indicação de Vossa Excelência para que, amanhã, possamos participar junto com o governador do leilão da B3, onde será realizado o leilão das rodovias do Vale da Celulose, da Rota da Celulose (rodovia BR-262, BR-267, MS-040, MS-338 e MS-395, no Anel Viário de Bataguassu). É um processo importantíssimo, com quase novecentos quilômetros de rodovia que passarão por concessão. Torcemos muito para que, das quatro empresas que estão disputando, vença a melhor proposta. Mas, principalmente, que com essa concessão, as rodovias tenham mais qualidade no tráfego e que possam impactar positivamente o escoamento da produção, pois a região vem recebendo, como mencionei aqui, grandes investimentos, principalmente na área de celulose. Então, é um orgulho representar esta Casa. Depois, trago mais informações para Vossa Excelência e demais pares. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Vim aqui hoje apresentar um projeto de lei, chamado Mãe Terra. O mês de maio é o mês das mães, um mês em que também falamos sobre o feminino, sobre as mulheres, e entendemos que o meio ambiente também tem uma "Mãe Terra" que precisa desses cuidados. Por isso, protocolamos, nesta quarta-feira, o projeto de lei que institui a Lei Mãe Terra, voltada para o fortalecimento das comunidades tradicionais indígenas e a promoção da autonomia e da soberania alimentar no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. O projeto de lei prevê que fica instituída, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a estratégia estadual Mãe Terra, vinculada à Secretaria Executiva de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, com a finalidade de fortalecer a autonomia e a soberania alimentar das comunidades tradicionais e indígenas; promover a valorização dos saberes ancestrais e das práticas agrícolas sustentáveis; e incentivar a preservação, a recuperação e o manejo sustentável dos biomas tradicionais. Esse projeto visa fortalecer as comunidades tradicionais e os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, reconhecendo e valorizando seus conhecimentos ancestrais, essenciais para a manutenção da biodiversidade local e para a sustentabilidade ambiental, econômica e social. A soberania alimentar é um direito essencial que vai além da simples segurança alimentar. Ela exige que os povos tenham o controle sobre seus próprios sistemas alimentares, incluindo os mercados, políticas agrícolas, técnicas de cultivo e ecossistemas, como afirma Josué de Castro em sua obra "Geografia da Fome". O problema da fome não é um problema de produção, mas de distribuição. Este projeto busca endereçar exatamente essa questão, utilizando um vasto conhecimento e a biodiversidade local para fortalecer a autonomia das comunidades na produção e distribuição de alimentos. O projeto de lei Mãe

Terra também busca integrar a economia criativa, ao valorizar as práticas agrícolas sustentáveis e os conhecimentos tradicionais, que são, por natureza, produtos da criatividade humana aplicada ao longo das gerações. A fome no Brasil não é um problema de escassez, mas, sim, de distribuição, o que enfatiza a importância de políticas que reestruturam o acesso aos recursos alimentares e valorizem os modos de produção local. Está aqui protocolado o nosso projeto, que tem como objetivo apoiar as comunidades tradicionais, a produção de alimentos e a alimentação. Temos conversado muito com essas comunidades, também com as da agricultura familiar, e percebemos a necessidade de termos uma política que cuide da distribuição e da produção de alimentos com sustentabilidade. O Estado de Mato Grosso do Sul, embora seja considerado grande produtor, não é um produtor de alimentos, pois importamos mais de 80% do que consumimos aqui. Então, é importante a criação de projetos que incentivem a produção e a economia locais. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, primeiramente, eu gostaria de parabenizar meu amigo e ex-vereador de Dourados, Diogo Castilho, que inaugura hoje, às 19h, o Instituto Castilho, em Dourados. Também, requeiro à Mesa Diretora, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor prefeito municipal de Dourados, Marçal Filho, solicitando as seguintes informações: por qual motivo foi retirado o funcionamento das motolâncias, do Samu de Dourados? As motos, senhor presidente, chegavam rapidamente para o atendimento de urgência e estavam em funcionamento há mais de dez anos, sendo, infelizmente, retiradas pelo prefeito Marçal Filho. Quanto ao Pronto Atendimento Infantil (PAI), também, senhor presidente, solicito informações, pois ele foi criado de uma ideia da minha mãe, quando vereadora. O primeiro recurso veio através de uma emenda do próprio Marçal Filho, quando deputado federal, mas hoje, o PAI não conta com especialistas. Desde 2017, o PAI de Dourados contava com neuropediatria, psiquiatria infantil, fonoaudiologia e pediatras de verdade; mas hoje ele conta apenas com o atendimento de um médico que não tem especialidade, deixando, principalmente, o serviço de pediatria de fora. Também há informação sobre a falta de remédios básicos, como dipirona e medicamentos para hipertensão, nas farmácias do município. Eu gostaria de obter essa confirmação, porque dizem que está faltando até papel higiênico no atendimento hospitalar. E também, na UPA: quais os motivos da falta de pediatras para atender as crianças? Ainda mais com o surto de influenza que enfrentamos hoje. Aí, vemos críticas à falta de hospital, mas não adianta o prefeito ficar apenas cuidando das redes sociais, como se fosse o prefeito de Sorocaba — o que está bem longe de ser — porque não tem um pinga de competência; fica só na rede social e fazendo comparativos dos quatro primeiros meses com a Délia, enfim. Então, compare mesmo! Eu quero que a população compare. Porque o prefeito é um "tik toker"; vai lá, pinta uma rotatória, dança e faz propaganda. É um prefeito de internet, não é um prefeito que senta no gabinete de verdade. Quero ver, de aqui a algum tempo, a população acordar. Vocês vão sair da rede social e ir para a rua para ver o desastre que está Dourados. Vocês vão ver o caos que esse prefeito

está promovendo! Compare mesmo! Minha mãe, na pior época do Brasil — na pandemia — nunca deixou faltar medicamento. E hoje falta remédio para hipertensão, falta papel higiênico, falta dipirona! E o surto de influenza está aí. E não há nenhum médico especialista. E ainda vêm reclamar da falta de hospital? O que falta é competência do prefeito Marçal. Saia do TikTok e vá para o seu gabinete trabalhar pela população de Dourados! Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Muito bom dia, senhor presidente, nobres pares, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e também aqueles que nos assistem pela TV Alems. Senhor presidente, eu quero apenas fazer duas indicações. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, com fundamento no disposto no artigo 176, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS), senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando estudos para implantação e sinalização viária horizontal e vertical nas ruas e avenidas do município de Sete Quedas. A presente solicitação atende ao Ofício nº 42/2025, encaminhado pelo vereador Donizete Rosa Ribeiro, do município de Sete Quedas, que expressa legítima preocupação com a atual situação da sinalização viária do município. A ausência de sinalização horizontal (faixas de pedestres, linhas divisórias, lombadas etc.) e vertical (placas de advertência, regulamentação e indicação) nas ruas e avenidas compromete diretamente a organização do tráfego urbano e a segurança dos cidadãos. A devida justificativa está anexa. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de estudos técnicos e de viabilidade para a substituição da ponte de madeira sobre o rio Formoso, por uma de concreto, no entroncamento com a região da Água Vermelha, no município de Aparecida do Taboado. A presente indicação tem como fundamento o requerimento formal encaminhado pelo vereador de Aparecida do Taboado, Jucleber da Silva Queiroz, legítimo representante da população local, que denuncia as condições precárias da ponte de madeira supracitada. A devida justificativa está anexa. Era o que tínhamos, senhor presidente. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia aos deputados e deputadas aqui presentes. Senhor presidente, eu tenho uma moção de pesar aos familiares do senhor Cícero Eusébio, carinhosamente conhecido como

“Dentinho”, que faleceu no dia 4 de maio de 2025, no município de Eldorado. Nascido na cidade de Cafeara, no Paraná, José Cícero Eusébio dedicou trinta e seis anos de sua vida ao serviço público, atuando com zelo, compromisso e humanidade, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde de Eldorado, onde deixou um legado de dedicação e respeito à população. Dentinho foi nosso funcionário e servidor público quando eu era prefeita. Ele era motorista da ambulância e sempre, com muito zelo e carinho, atendeu a toda a população de Eldorado. Deixa, assim, um legado de compromisso e de amor pelas pessoas e pelo que fazia. Quero deixar as nossas condolências à esposa Maria José Aparecida dos Santos e às suas filhas Darqueline, Dáquila e Daniele. Tenho certeza de que ele estará no lugar merecido por tudo o que fez de bom em Eldorado e pelas pessoas a quem sempre foi muito solícito. Também, senhor presidente, eu gostaria de apresentar uma moção de congratulação à competente equipe do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, pelo exitoso resgate de uma adolescente com Transtorno do Espectro Autista e de seus familiares, ocorrido no dia 3 de maio, em um rio, do município de Rochedo. Na ocasião, a jovem, que estava sozinha, foi localizada por seus familiares, após ouvirem gritos vindos do rio. No entanto, devido à força da correnteza, seus parentes também ficaram ilhados, tornando a situação ainda mais delicada. Acionadas com prontidão, duas equipes do Corpo de Bombeiros, coordenadas pelo tenente Vieira e pelo sargento Roberto, com apoio dos cabos Bittencourt e Baroni, deslocaram-se rapidamente até o local. O resgate foi realizado com extrema competência, e a nossa querida amiga foi salva por toda essa equipe do Corpo de Bombeiros. Quero felicitar a todos por terem conseguido salvar uma vida. Também, senhor presidente, faço uma indicação ao governador do Estado, Eduardo Corrêa Riedel, e ao secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando a implantação de uma escola agrícola no município de Bandeirantes. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Zulene Ferreira Diniz Ferraz, com o apoio dos demais parlamentares da Câmara Municipal de Bandeirantes. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queria registrar e agradecer mais uma vez a presença do Júlio Bugelo, prefeito do município de Glória de Dourados; do senhor Pedro Dias, presidente da Câmara Municipal de Camapuã; do Márcio Barbosa, vereador do município de Coxim; e também dos demais vereadores, nosso presidente Luiz, de Coxim, e Denis, vereador de Fátima do Sul. Solicito ao Cerimonial que nos forneça as fichas para fazermos o devido registro. Peço licença, senhores deputados, para fazer uma indicação que foi solicitada pela Câmara Municipal de Bandeirantes e aprovada. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Mauro Azambuja, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia MS-441, em Bandeirantes. Trago aqui toda a justificativa que está anexa, juntamente com a indicação dos vereadores. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 1469/2025, 1468/2025). De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 01469/2025, 1468/2025). De autoria do deputado Caravina: três indicações (Prot. nºs

01472/2025, 01471/2025, 1470/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 01474/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 1483/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01479/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1481/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 1466/2025); um requerimento (Prot. nº 01467/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: sete indicações (Prot. nºs 01480/2025, 1482/2025, 01484/2025, 01478/2025, 01477/2025, 01476/2025, 1475/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 01461/2025, 1460/2025, 1459/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1458/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01463/2025, 01462/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Caravina. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, usando o local apropriado, venho falar sobre três temas, de forma rápida, sem tomar muito tempo, mas acho que é importante destacá-los. Primeiro, senhor presidente, hoje nós aprovamos, na CCJR, o projeto de Revisão Geral Anual (RGA). Eu fui o relator do RGA, com o reajuste salarial de 5,6% para todas as categorias do estado. Por que quero falar sobre esse RGA? Porque, assim que o governador Eduardo Riedel assumiu o mandato, e eu era, na oportunidade, secretário de Governo, ele fez um compromisso com o Fórum de Servidores de trabalhar muito para que o estado se mantivesse com equilíbrio fiscal e pudesse aplicar a Revisão Geral Anual para todos os servidores durante o seu mandato. E, graças a um trabalho eficiente de gestão, porque ninguém consegue manter reajustes todos os anos — e nós sabemos que, no passado, houve ex-governadores que sequer conseguiram pagar os salários em dia — o governador, mantendo o equilíbrio fiscal da máquina pública, consegue, pela terceira vez consecutiva, aplicar a RGA. Isso ocorre independente da negociação com as demais categorias para tratar dos reajustes de cada uma delas, de cada departamento do Governo. E isso tem acontecido. No ano passado, deputado Paulo Duarte, houve reajustes e melhorias nas tabelas salariais, na área dos auditores fiscais, nos funcionários do Fisco, e em várias outras categorias que foram contempladas com reajustes específicos para regularização de tabela. Mas, independentemente disso, ele cumpriu o compromisso de aplicar a Revisão Geral Anual, que nós votamos hoje na CCJR, após um acordo de líderes. Agora, o projeto virá ao Plenário para ser aprovado o mais rápido possível, para que possa ser aplicado no salário de maio, que provavelmente será pago no dia 1º de junho. Então, faço uso da tribuna para parabenizar o governador Eduardo Riedel pelo compromisso assumido e cumprido. Esperamos que, no ano que vem — último ano do primeiro mandato — o estado continue em equilíbrio fiscal e, pelo que está demonstrando, estará, mesmo com a queda na receita. Sabemos que houve queda de receita, principalmente devido ao bombeamento de gás da Bolívia, o que impacta o ICMS, pois é essa fonte que gera maior receita para o estado. Mesmo assim, o Governo do Estado sabe equilibrar as contas e consegue manter o reajuste a todos os servidores — contratados, comissionados e servidores públicos estáveis. Então, mais uma vez, agradeço ao Governo do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda, que também faz o aporte para que essa gestão fiscal possa acontecer. Um aparte para o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputado, pelo aparte. Sobre a revisão geral que agora está aqui na Assembleia, inclusive com índice de 5% para todos os servidores do estado, eu estava até agora conversando com o presidente Gerson Claro. Existe uma reivindicação também da Fetems, para que esse reajuste seja estendido aos professores convocados, os contratados. Sabemos que o Governo do Estado já concedeu um reajuste de 7% para os convocados, o que é um pleito mais do que justo da categoria, tendo em vista que há uma diferença salarial entre os convocados e os efetivos. No entanto, além desses 7%, a categoria ainda reivindica que este aumento da revisão geral também se estenda aos convocados. Sabemos que o reajuste para os convocados é feito por decreto, não sendo necessário vir aqui para votação, em forma de projeto de lei. O governador pode, então, publicar um decreto fazendo isso. Ontem, eu conversei com o presidente da Fetems, o professor Jaime, e ele pediu para que nós lembrássemos o Governo sobre essa reivindicação. Parece que o sindicato estava em negociação com o secretário de Estado de Educação, e eu vejo que é uma reivindicação justa, pois, mesmo com os 7% concedidos, ainda há uma diferença muito grande de salários em relação aos efetivos. Então, eu queria até solicitar também o apoio de Vossas Excelências, já que não depende de projeto de lei, mas sim de uma iniciativa do governador, para que possamos levar essa reivindicação adiante, porque todos os servidores vão receber estes 5%, mas os professores convocados ficariam fora. Então, nós poderíamos levar essa reivindicação para que, realmente, todos, sem deixar ninguém de fora, possam ter esses 5%, o que é mais do que justo, inclusive para repor as perdas da inflação do ano passado. Acredito que seria de bom tom a Assembleia Legislativa fazer gestões junto ao Governo do Estado para atender essa reivindicação. Muito obrigado, e parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, obrigado pelo aparte. Tem o nosso apoio, até porque o governador Eduardo Riedel prioriza a educação, e já disse isso várias vezes; e esse compromisso existe, de diminuir a diferença entre o salário do professor concursado e o do convocado. Não é uma tarefa fácil, mas uma coisa que pauta a administração do governador Eduardo Riedel é a responsabilidade. Mas seria uma oportunidade de diminuir ainda mais essa distância. Então, lógico, tem que verificar a questão do fluxo de caixa do Governo, mas acho que é importante, presidente, a gente levar essa reivindicação, com a possibilidade de, por decreto, ampliar também o salário dos professores contratados. Mas é isso. Esse é o primeiro pronunciamento com relação ao RGA. Quero parabenizar o Governo do Estado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Concedo, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu queria seguir um pouco na linha do que o deputado Pedro Kemp falou sobre os professores contratados. Inclusive, hoje nós temos, dentro dos professores contratados, várias categorias, e cada categoria com salários inferiores. Temos professores efetivos com um salário, os professores contratados com salários diferentes, mas também temos professores contratados que estão em sala de aula

e professores contratados que estão desenvolvendo projetos. No entanto, há uma outra categoria que nos preocupa muito: a dos professores terceirizados. Temos professores que são contratados e terceirizados ao mesmo tempo, com salários diferentes, desenvolvendo as mesmas atividades, e não há também uma regulamentação sobre o salário dos que estão sendo terceirizados. Acho que esse debate sobre o salário e a categoria da educação precisa ser levado muito a sério, porque hoje nas escolas a situação está bastante complicada, especialmente com as empresas terceirizadas que desenvolvem parte das aulas. Hoje, a gente tem uma situação bastante estranha dentro da educação. Conversei outro dia com um diretor que está em uma escola nessa situação e ele me disse: "Olha, eu tenho parte das aulas sendo ministradas por uma empresa terceirizada, cujos professores estão com salários inferiores. A empresa é responsável por isso, mas a direção da escola tem que administrar também situações pedagógicas diferentes." A valorização profissional é fundamental, e precisamos fazer esse debate aqui, porque os professores da educação no estado estão numa situação tensa. Existe o medo, inclusive, dos outros contratados de que todos serão terceirizados, assim como os professores efetivos, que hoje passam por uma categoria em extinção, pois não se abrem concursos, não chamam os concursados. Há manobras que não mostram as vagas puras. Então, há muitas situações que precisam ser discutidas especificamente na educação. Obrigada.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigada, deputada Gleice Jane.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permite-me um aparte, deputado Caravina?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Permito, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Caravina, em primeiro lugar, quero dizer a Vossa Excelência que fico muito contente em ouvi-lo e, com certeza, esta Casa também, por trazer um tema que é absolutamente sensível a todos e, particularmente, àqueles a quem Vossa Excelência se refere: os servidores públicos. Quando o Governo do Estado toma essa iniciativa, evidentemente que nós, independentemente de qualquer posição política, ideológica ou partidária, devemos elogiar, com as ressalvas que os deputados Pedro Kemp e Gleice Jane, meus parceiros da bancada, fazem; e que Vossa Excelência já ponderou no sentido de encaminhar. Quero dizer a Vossa Excelência que, para nós, também, esse tema é sensível. A mim, particularmente, deputado Caravina, esse debate sobre o salário dos servidores públicos toca muito de perto. Eu vivi dois momentos intensamente relacionados ao atraso de salário de servidores públicos deste estado. O primeiro, em 1991, quando cheguei aqui como o único deputado do PT, eleito em 1990. A Governadoria estava ocupada — eu não uso o termo "invadida" — pelos servidores públicos, deputado Neno Razuk, que, desesperados, não tiveram outra alternativa a não ser ocupar a sede do Governo devido ao atraso de salário do então governador Marcelo Miranda. Foi um desespero total. Não entro no mérito das razões do atraso do salário, o problema é que isso tocou profundamente no bolso daqueles que trabalham, deputado Zé Teixeira, que vendem seu trabalho, e a contrapartida do trabalhador pelo trabalho realizado

é o salário. Quando não é pago, evidentemente que o trabalhador não tem como honrar seus compromissos. Foi um desespero, e o Marcelo Miranda teve o comportamento democrático — eu sempre elogiei — de não tomar nenhuma providência durante seu governo com relação à ocupação da Governadoria, que sequer lhe permitia poder adentrar o espaço de seu trabalho, até que depois, Pedrossian, que o sucedeu, encontrou formas de dialogar com esta Casa para resolver a situação. Esse foi o primeiro drama que vivi. O segundo drama aconteceu oito anos depois, quando cheguei ao Governo. Como governador, eu assumi um estado que devia quatro folhas de salário aos seus funcionários. Era contumaz as professoras, deputado Zé Teixeira, os policiais e suas famílias irem para a avenida Afonso Pena bater marmita, pedindo ajuda da população. Era sacolão daqui e sacolão de lá, para poderem sobreviver. Nós assumimos preocupados com isso. O deputado Pedro Kemp era secretário de Estado de Educação. No primeiro ano, deputado Caravina, pagamos dezessete folhas de salário — dezessete folhas! O deputado Paulo Duarte está aqui, era secretário de Estado de Fazenda. Foram dezessete folhas! Vossa Excelência se lembra, deputado Paulo Duarte? Colocamos tudo em dia e honramos. Portanto, quero dizer a Vossa Excelência que sou sensível a essa pauta, e que efetivamente, com toda humildade, mas com modéstia à parte, de lá para cá — no governo de Zeca do PT, Pedro Kemp, Gleice Jane, Paulo Duarte, Zé Teixeira, que foi meu parceiro e Paulo Corrêa, que também foi meu parceiro naquela época — nós colocamos o salário em dia e valorizamos os servidores públicos. Veio o André e manteve, o Reinaldo manteve e agora o Eduardo Riedel, evidentemente, mantém. Portanto, nunca mais, nunca mais! Deus queira que nunca mais se repita tal desespero dos servidores públicos. Nunca mais se repita o que a gente viveu em 1990 e em 1998. Portanto, quero, fazendo este pronunciamento — peço desculpas pela demora — enaltecer a figura do governador Riedel e o pronunciamento que Vossa Excelência faz, e dizer que estamos aqui exatamente para isso: para ajudar. Obrigado, meu querido deputado Caravina.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite-me um aparte?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputado Zeca do PT, pelo pronunciamento. Deputado Zé Teixeira, rapidinho para que eu possa concluir.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Depois o meu aparte.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu ouvi com muita atenção a defesa justa do deputado Pedro Kemp, conhecedor da educação, porque ele foi secretário; e como disse o meu querido e eterno ex-governador Zeca do PT, de lá para cá, o estado melhorou muito. Eu gostaria que o governador Riedel tivesse um pouco de complacência para com as pessoas que trabalham nas empresas terceirizadas, no setor da administração, limpeza e merenda. Recebo várias e várias denúncias de trabalhadores que recebem um salário inferior ao mínimo e, ainda assim, não recebem o pagamento corretamente. Eles descontam o fundo de garantia, mas, ao verificar, não há o depósito. É preciso dar uma olhada muito séria no salário dessas pessoas que trabalham na educação, na merenda e na limpeza. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputado Zé Teixeira, pelo aparte.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputada Lia Nogueira, eu concedo o aparte.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Vou ser rápida, deputado Caravina. Quero parabenizá-lo pela palavra, pelo tema oportuno e necessário nesta Casa de Leis; e destacar também o que a deputada Gleice Jane falou sobre essa política de diferença — essa diferença salarial tão grande — entre o professor efetivo e o contratado. Essa é uma questão que precisa ser revista, e nós temos recebido muitas cobranças com relação a isso. Quero também pontuar a situação dos profissionais administrativos das nossas escolas da rede estadual, que enfrentam hoje uma defasagem salarial. Essa é uma questão que já deveria ter chegado à Assembleia, mas creio que o governador do estado, Eduardo Riedel, por meio do nosso secretário de Estado de Educação, Hélio Daher, será sensível a essa demanda. Precisamos realmente rever todo esse plano, não apenas sobre a questão salarial, mas também os incentivos para os nossos administrativos das escolas da rede estadual. Obrigada, e parabéns pela fala.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputada. Encerrado esse assunto com relação à RGA, eu quero falar também — e falei rapidamente no Pequeno Expediente, pedindo pela ordem — sobre a instalação da empresa Bracell em Mato Grosso do Sul, mais uma gigante da celulose. Ontem tive a alegria de participar, junto com minha esposa e atual prefeita de Bataguassu, Wanderléia Caravina, com o nosso governador Eduardo Riedel, todo o staff do governo, além do presidente e da diretoria da Bracell, do ato em que o Estado entregou e assinou os incentivos fiscais para a instalação de mais essa grande indústria. Trata-se, a meu ver, de uma política acertada que o Governo do Estado vem conduzindo, deputado Paulo Duarte, com relação à troca de imposto por emprego. Mais uma grande fábrica de celulose se instala — já temos em andamento a da Arauco, em Inocência —, e agora, conforme o cronograma, deve-se iniciar, após a entrega da licença ambiental prevista para o mês de novembro, a terraplanagem de mais uma grande unidade, que certamente impactará positivamente a geração de emprego, de renda e a diversificação econômica de toda a região. Essa fábrica será instalada em Bataguassu, com a proposta de, num segundo momento, expandir para Água Clara, impactando também os municípios vizinhos e todo o Mato Grosso do Sul. Lembro que estamos a pouco tempo da conclusão da Rota Bioceânica, que passará por aquela região. É o crescimento de Mato Grosso do Sul dentro de uma política que troca imposto por emprego, e isso está dando resultado: estamos nos transformando, em breve, na capital mundial da celulose. Fico feliz por ter apresentado o projeto de lei — assinado em conjunto com o deputado Paulo Corrêa — criando o "Vale da Celulose", que está pronto para ser sancionado pelo governador Eduardo Riedel. Essa iniciativa dará ainda mais visibilidade à região, oferecendo mais apoio e condições, inclusive no âmbito governamental, levando o nome dessa área para o mundo.

Isso é fruto da política do nosso governo. Mas também — e ontem ouvi muito isso do presidente da Bracell — há a preocupação, deputado Paulo Duarte, de que o impacto econômico positivo traga consigo alguns transtornos sociais. Acompanhamos o que aconteceu, no passado, em Três Lagoas e depois em Ribas do Rio Pardo. Como deputado da região, nossa preocupação é manter a qualidade de vida da população de Bataguassu e dos municípios vizinhos. É importante gerar emprego e fomentar o desenvolvimento econômico, mas isso não pode vir acompanhado de problemas sociais. E, quando falamos em problemas sociais, falamos de segurança pública, de educação, de saúde, de assistência social, de prostituição e, infelizmente, de prostituição infantil. Fiquei feliz em ouvir a manifestação do presidente da Bracell e de sua diretoria quanto à preocupação com a questão social. Isso será discutido dentro do PBA, o Plano Básico Ambiental, que a empresa elabora em parceria com o município e com o Governo do Estado. Já foi designado um representante da Semadesc para acompanhar esse processo. É importante promover ações que minimizem o impacto da chegada de uma grande quantidade de trabalhadores — estamos falando de doze mil trabalhadores durante o período de construção. Depois, virá o impacto da operação da empresa. Destaco, por fim, a fala da diretoria da Bracell, que afirmou: “Em primeiro lugar, vem a qualidade de vida da população. Antes mesmo do resultado final da empresa, é preciso que a instalação atenda à população e conte com a receptividade da comunidade local.” Fiquei muito satisfeito com isso e já nos colocamos à disposição. Informei à diretoria, que a Assembleia Legislativa é parceira. E isso só acontece hoje, presidente Gerson Claro, porque a Assembleia é parceira do Governo. Fez ações difíceis no passado, que resultam hoje no equilíbrio fiscal e na gestão do estado, o que permite trocar imposto por emprego, receber essas empresas e realizar obras estruturantes para atendê-las. Portanto, fico muito feliz. Concedo agora um aparte ao deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Muito obrigado, deputado Caravina. Vossa Excelência sabe que essa história do Vale da Celulose, ou do processo de industrialização com as indústrias de papel e celulose em nosso estado, teve início durante o meu governo. Era o ano de 2004, e eu recebi a visita de alguns empresários — da famosa International Paper. Interessei-me, levei ao conhecimento do então presidente Lula, o que resultou em uma viagem aos Estados Unidos, e de lá veio a International Paper, como a primeira empresa que se instalou em Três Lagoas na produção de celulose e papel. Esse processo, por si só, desencadeou o que temos hoje. E Vossa Excelência, como sempre, feliz e inteligente, propôs a denominação de Vale da Celulose, com a quarta e a quinta empresas “monstruosas” agora a serem instaladas no município que Vossa Excelência já administrou como prefeito e onde sua esposa é prefeita. É um tema sensível. Fui procurado, deputado Caravina, por um especialista — um técnico — que me trouxe preocupações com relação ao Vale da Celulose. Segundo ele, há uma seca em aproximadamente duzentas a trezentas nascentes de água naquela região. É um problema seríssimo na alimentação da fauna da floresta, que já não encontra o que comer. Realizei uma audiência pública, onde essa questão foi levantada. Participei, como presidente da Comissão da Agricultura Familiar, de um congresso nacional dos trabalhadores e trabalhadoras nas indústrias papeleiras, e acredito que precisamos debater esse tema. E Vossa Excelência, mais uma

vez, é feliz ao provocar essa discussão. Pedi aos técnicos com quem conversei, inclusive em Brasília, que me preparassem um projeto com o objetivo, em primeiro lugar, de garantir que os recursos arrecadados, a título de compensação ambiental pelo Estado, sejam exclusivamente utilizados na preservação e manutenção dos recursos hídricos daquela região. Em segundo lugar, que em cada projeto — e Vossa Excelência pode levar essa ideia para o Brasil como seu iniciador — de construção das indústrias ou plantio das florestas, sejam reservadas áreas, mesmo que pequenas, de cinquenta ou cem hectares, como “ilhas” para o plantio de árvores frutíferas, a fim de que os animais da região possam se alimentar e ser preservados. Portanto, apresentarei esse projeto, evidentemente com toda humildade, para debatermos. Sou favorável à industrialização do estado, mas acredito — e tenho certeza de que Vossa Excelência também — que algumas iniciativas precisam ser preservadas, para que possamos promover um desenvolvimento não só econômico, mas também social e ambiental. Parabéns pelo pronunciamento. Um grande abraço à nossa prefeita. Com certeza, é um belíssimo presente que o Governo do Estado concede ao povo ordeiro, carinhoso e hospitaleiro de Bataguassu.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputado Zeca do PT, pela contribuição. Entendemos que é necessário aprofundar esse estudo de forma efetiva e técnica. Deputado, quando as empresas se instalam, elas apresentam o PBA, que é o Plano Básico Ambiental; e é nesse plano que os gestores locais, que são os que podem se manifestar, devem apresentar essa questão da recuperação ambiental. Inclusive, no PBA de Bataguassu, a ideia é trabalhar a recuperação do córrego Guassu, que leva o nome da cidade e que precisa de uma intervenção positiva — e este é um momento oportuno para isso. É preciso também realizar um estudo mais preciso para entender essa questão do eucalipto. Mas, enfim, é um motivo de alegria. E, mais uma vez, parablenho o Governo do Estado pela instalação dessa grande empresa, e por trazer a sexta empresa de celulose. E o último assunto que eu queria tratar, também relacionado a esse item, é que já agradeço ao presidente Gerson Claro por me nomear para representar a Assembleia Legislativa amanhã, às 14h, em São Paulo, na B3, onde será realizado o leilão da chamada “Rota da Celulose”. O que é a “Rota da Celulose”? É a concessão de algumas rodovias. O Governo do Estado solicitou a concessão de duas rodovias federais: a BR-262, no trecho entre Três Lagoas e Campo Grande; a BR-267, no trecho entre Bataguassu e Nova Alvorada do Sul; e as rodovias estaduais: MS-040, que liga Campo Grande a Santa Rita do Pardo; MS-338, que liga Santa Rita do Pardo a Bataguassu; e MS-395, no trecho do anel viário de Bataguassu. Ao todo, serão oitocentos e setenta e seis quilômetros de rodovias concedidas. Quatro grandes grupos já demonstraram interesse e vão disputar a concessão dessas rodovias. O que interessa para a população sul-mato-grossense? A melhoria dessas rodovias, o recapeamento, as terceiras faixas, as duplicações e os acessos aos assentamentos. O projeto foi colocado no site do EPE, que é o Escritório de Parceria Estratégica, para que a população pudesse contribuir, porque esse é o grande interesse da população: melhorar as vias de escoamento das pessoas, porque essas rodovias ligam regiões: o acesso ao Estado de São Paulo, à capital e ao interior, além do escoamento da produção, especialmente do eucalipto e outras culturas de Mato Grosso do Sul. Devemos lembrar que não é só eucalipto, deputado Zeca do PT. A região de Bataguassu está

recebendo plantios de laranja, com quase dois mil hectares já cultivados, e também há o amendoim, recentemente com a instalação de uma fábrica de amendoim da Cooperativa Casul. Então, temos muitos avanços, temos muitos projetos em andamento, e a melhoria nas vias e rodovias será um grande auxílio. Amanhã, estarei participando, em nome da Assembleia, do leilão, junto com o governador. Vamos acompanhar e, na quinta-feira, trarei para Vossas Excelências o resultado desse leilão, que é importantíssimo para Mato Grosso do Sul. É mais um projeto que o governo terceiriza, mas acompanha a execução das obras nas rodovias estaduais e federais, que aguardavam intervenção há muito tempo. O Governo Federal decidiu que a melhor forma seria passar a concessão para o Estado de Mato Grosso do Sul. Vou conceder um aparte à deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, deputado. Eu só queria dizer que esse debate sobre concessão é um debate bastante delicado. Nós vivenciamos aqui no Estado de Mato Grosso do Sul uma situação que nos envolveu muito, no último período, e que precisa ser muito discutida aqui. Além disso, precisa incluir, nesses projetos de rodovias, a construção de passarelas, principalmente aquelas que atendem às escolas. Temos várias situações em que as crianças precisam atravessar rodovias perigosas para chegar à escola, o que representa uma grande dificuldade para atender às escolas em diversos municípios e regiões. Em Dourados, por exemplo, acompanhamos situações, principalmente na região do Bonanza e do Campina Verde, onde as crianças precisam atravessar uma rodovia extremamente perigosa para chegar a outras escolas, mas não têm a segurança necessária. Então, acho que precisamos incluir, nesses projetos, a construção de passarelas. Embora eu esteja falando das crianças, a necessidade de passarelas é para toda a população, para garantir a segurança das pessoas. Obrigada.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pela contribuição, deputada Gleice Jane. Presidente, deputado Gerson Claro, é importante destacar que, com relação a essa concessão, nós tivemos — e ainda temos — muitos problemas com a BR-163, que é uma concessão federal, e, por isso, ficamos limitados na atuação. Tratando-se de uma concessão estadual, fiscalizada pela Agems, que é a Agência Regulatória do Estado de Mato Grosso do Sul, certamente teremos a oportunidade de opinar, apresentar sugestões, fiscalizar e cobrar — diferentemente do que acontece com a BR-163. A competência ali não é da Assembleia, mas, mesmo assim realizamos uma comissão e uma audiência pública, bem conduzida pelo presidente da Comissão, o deputado Junior Mochi. No entanto, nossa atuação foi limitada por se tratar de uma concessão federal, operada pela CCR MSVia. Neste caso atual, as concessões serão estaduais — tanto de vias federais quanto estaduais — que passarão a ser administradas pelo Estado. Assim, poderemos acompanhar, fiscalizar, opinar e ajudar para que essas intervenções mencionadas pela senhora possam, de fato, acontecer. Senhor presidente, era isso por hoje. Muito obrigado pela atenção dos colegas parlamentares.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, estou recebendo aqui, agora, imagens, vídeos e reclamações do pessoal que está no Acampamento Esperança, em Dourados. Um tema que gerou bastante debate aqui na Assembleia nos últimos dias. Eles mostram que há viaturas da Polícia Militar, da Guarda Municipal de Dourados, patrulas e todo um aparato, novamente, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal de Dourados, mobilizados para derrubar plantações dos acampados e barracos de pessoas que moram há mais de doze anos nessa área. Estamos recebendo essa situação com preocupação e quero, mais uma vez, reforçar: estamos cobrando atuação da segurança pública para atender meninas que estão correndo risco de serem violentadas, pois estão sem segurança na região de Dourados; e não têm! Houve demandas minhas e da deputada Lia Nogueira, e até agora sequer tivemos uma resposta do Governo do Estado. Lá no município de Dourados, as pessoas nos bairros periféricos, onde não há asfalto, estão reclamando porque não há patrulas para arrumar as ruas. Mas, para derrubar plantações de quem defende a agricultura familiar, de quem defende a reforma agrária, de quem é pobre, aí sim temos toda essa estrutura. Quero fazer esse registro mais uma vez e dizer que este Governo não atende quem é pobre; só atende aos seus próprios interesses, porque, neste momento, deputada Lia Nogueira, estão passando várias caminhonetes por lá fiscalizando o trabalho do governo. Quando é para fiscalizar o que interessa aos ricos, o governo trabalha; quando é para atender o pobre, não atende. Então, deixo aqui, mais uma vez, esse registro de insatisfação com um Governo que não atende de forma educada e gentil à população. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só registrando, deputada: a senhora faz um comunicado e não uma questão de ordem. Precisamos cumprir o Regimento para que as manifestações não fiquem fora de ordem. Registramos e agradecemos a presença do Elder Dutra, tabelião de notas do 5º Ofício; do Dennis Diogo, vereador do município de Fátima do Sul; e do nosso amigo Luiz Eduardo, presidente da Câmara Municipal de Coxim. Está encerrado o Grande Expediente. Consulto o senhor segundo secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com vinte e um deputados e deputadas presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 284/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Sistema de Integração Ambiental do Cerrado, tendo como nome fantasia 'Cutia do Cerrado'", com sede no município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00284/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. O deputado Junior Mochi (autor) não está no Plenário. Retirado de pauta. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 084/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual, a doar, com encargos, ao município de Cassilândia, o imóvel urbano e as construções de sua propriedade que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 084/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero apenas fazer o encaminhamento de votação, como líder da Bancada do PL, no tempo regimental que dispõe esta Casa. Encaminho a votação da nossa bancada, recomendando o voto contrário ou, — caso algum integrante da bancada queira pedir vista para melhor estudar esse projeto... — fica aqui, senhor presidente, essa manifestação da nossa parte. Eu tinha a intenção, senhor presidente, de discutir esse projeto agora, e, infelizmente, estava inscrito na data de ontem, também hoje, mas os oradores que me antecederam trataram de temas relevantes, que foram devidamente recebidos e certamente debatidos aqui pelo deputado Caravina — acompanhei os apartes. Portanto, quero registrar, senhor presidente, que a bancada do PL manifesta a possibilidade de votar contra esse projeto ou de pedir vista.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Antes de seguir a orientação do líder deputado João Henrique, eu queria pedir vista para analisar, para saber se vou seguir orientação de votar contrário ou não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vista concedida ao Item 4 ao deputado Neno Razuk. Item 5. Em discussão única. Cinco requerimentos, trinta e três indicações, uma moção de aplauso, uma moção de repúdio e quatro moções de congratulação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista da Moção de Aplauso nº 01336; da Moção nº 01362; e do Requerimento nº 01357.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com vista ao Requerimento nº 01357 e das duas moções — de aplauso e de repúdio — vamos votar quatro requerimentos, trinta e três indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Horácio Paulo de Oliveira. Moção de pesar, proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Anderson Rebelo Batista. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Wilson Coelho Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Em tempo, eu queria registrar meu voto contrário ao Requerimento nº 01392/2025.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O requerimento não foi votado, deputada; a moção está com pedido de vista.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não é a moção, é o Requerimento nº 01392/2025; se estiver com pedido de vista, OK.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrada a manifestação de Vossa Excelência. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Eu gostaria de convidar novamente os senhores deputados: amanhã, às 8h da manhã, impreterivelmente, haverá um café da manhã no nosso lindo refeitório, em homenagem às mães, já que estamos nos aproximando desse dia maravilhoso, que é o Dia das Mães. Convidamos todas as mães da Casa, todas as nossas servidoras, para esse momento especial. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado a todos (11h10min).